



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Diretoria de Política Econômica

Gerência Executiva de Relacionamento com Investidores

Contas Externas

Atualizado em setembro de 2006, com dados até julho de 2006



Série
Perguntas
Mais Frequentes

Contas Externas

Este texto integra a série “Perguntas Mais Frequentes”, editada pela Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores (Gerin) do Banco Central do Brasil, abordando temas econômicos de interesse da sociedade. Com essa iniciativa, o Banco Central do Brasil vem prestar esclarecimentos sobre diversos assuntos da nossa realidade, buscando aumentar a transparência na condução da política econômica e a eficácia na comunicação de suas ações.

Sumário

1.	Como são divulgadas as contas externas brasileiras?	7
2.	Qual a estrutura do Balanço de Pagamentos?	7
3.	Como a conta-corrente brasileira tem evoluído?	7
4.	O que causou a queda do déficit em conta-corrente?	8
5.	O que é a taxa de câmbio real efetiva?	10
6.	O que são os Usos e Fontes de Recursos do Balanço de Pagamentos?	11
7.	Qual a evolução recente dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos (IED)?	12
8.	Qual o tamanho da dívida externa? Qual sua evolução recente?	13
9.	O que é e como tem evoluído a dívida externa líquida? .	14
10.	Qual a evolução das reservas internacionais?	14
11.	Quais os pagamentos de juros e de amortizações programados para a dívida externa?.....	15
12.	Qual o cronograma esperado de pagamentos de principal e de juros até o final de 2006?	16
13.	Qual a composição da dívida externa por instrumento?..	18
14.	Qual a composição da dívida externa por moeda?	19
15.	Como vêm se comportando os indicadores de sustentabilidade externa no Brasil?.....	20
16.	Onde posso obter maiores informações e dados atualizados?	21

Contas Externas



1. Como são divulgadas as contas externas brasileiras?

Desde janeiro de 2001, o Banco Central divulga as contas externas brasileiras seguindo a metodologia recomendada no "Manual do Balanço de Pagamentos" (5a. edição, 1993), editado pelo Fundo Monetário Internacional. Esse manual define as normas internacionais para a apuração das contas externas de forma integrada, englobando os dados de fluxos (o Balanço de Pagamentos propriamente dito) e os dados de estoques de ativos e passivos financeiros internacionais do País.



2. Qual a estrutura do Balanço de Pagamentos?

O Balanço de Pagamentos (BP) é estruturado em dois grandes grupos de contas:

- a conta-corrente, que agrega a balança comercial, a balança de serviços e rendas e as transferências unilaterais correntes líquidas; e
- a conta capital e financeira, que agrega os investimentos diretos e em carteira de estrangeiros no País e de brasileiros no exterior, além de operações com derivativos e outros investimentos.

A soma dos resultados das contas corrente e capital e financeira constitui o resultado global do BP que, por definição, é igual à variação das reservas internacionais no conceito liquidez internacional. Erros e omissões podem dar margem a uma discrepância estatística entre os dois fluxos, que é devidamente registrada no Balanço de Pagamentos.

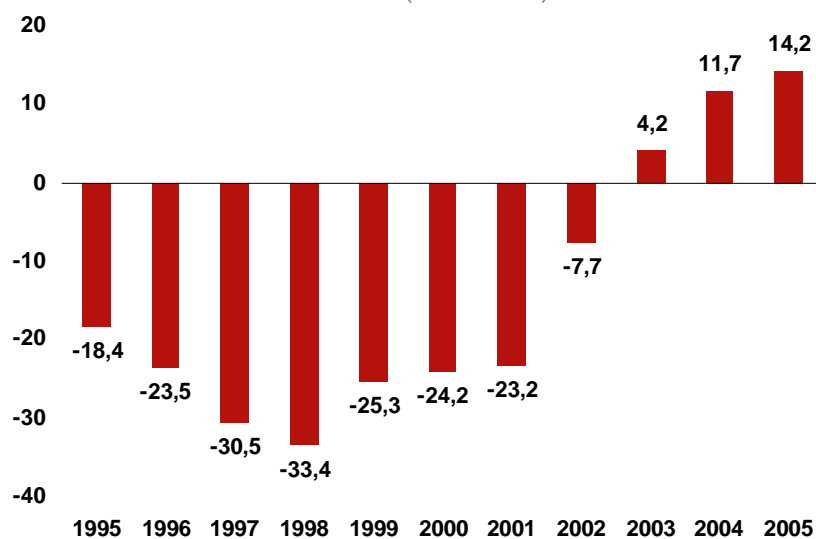


3. Como a conta-corrente brasileira tem evoluído?

Como se observa no Gráfico 1, a conta-corrente brasileira pós-Plano Real (1994) apresentou duas tendências opostas. Até 1998, os déficits foram crescentes, atingindo o pico histórico naquele ano (US\$33,4 bilhões, equivalentes a 4,2% do PIB). A partir de 1999, todavia, com a adoção do regime de câmbio flutuante, verifica-se

um ajuste gradual das transações correntes brasileiras, atingindo superávits nos anos subsequentes e fechando 2005 em US\$14,2 bilhões ou 1,8% do PIB. A expectativa do Banco Central é de fechar o ano de 2006 com um superávit de US\$8,2 bilhões, equivalentes a 1,3% do PIB, conforme Nota para a Imprensa de setembro de 2006.

Gráfico 1 – Saldo em conta-corrente (US\$ bilhões)



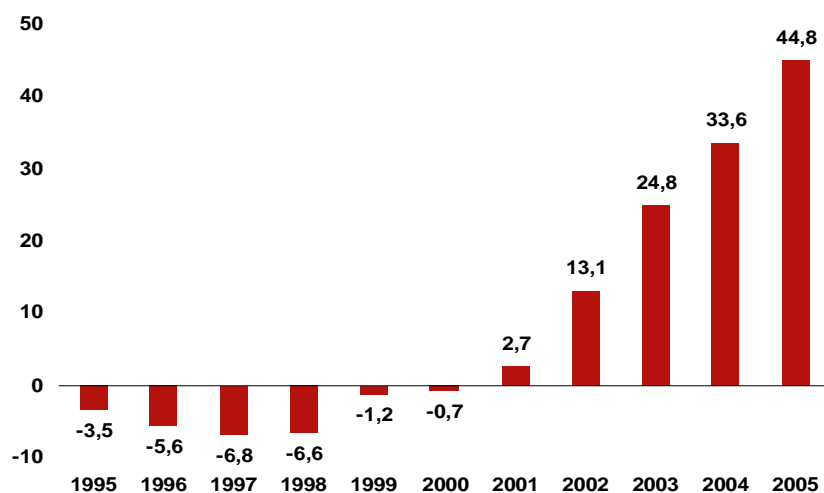
Fonte: Banco Central do Brasil



4. O que causou a queda do déficit em conta-corrente?

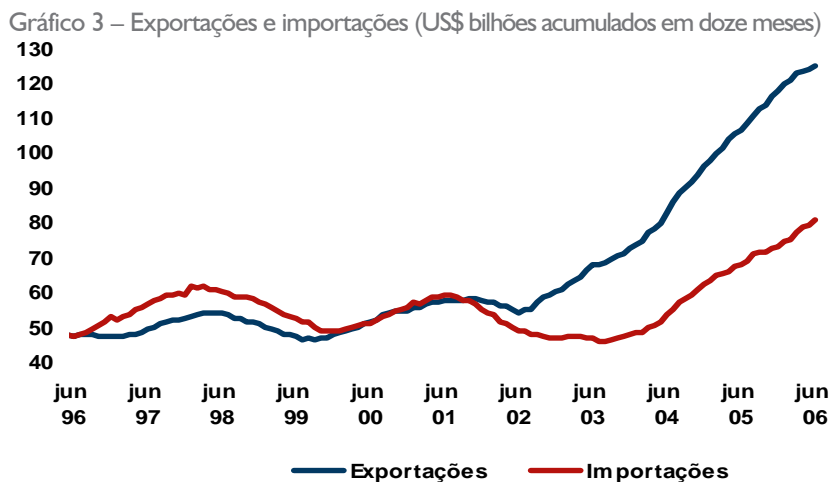
A diminuição do déficit em conta-corrente após 1999 é basicamente explicada pela melhora do saldo comercial. Como mostrado no Gráfico 2, o aumento do saldo comercial do Brasil entre 1998 e 2005 somou US\$51,3 bilhões, grande responsável pela melhoria do saldo em conta-corrente no mesmo período. Em setembro de 2006, o saldo comercial acumulado em 12 meses atingiu US\$46,2 bilhões, mantendo-se acima de US\$40 bilhões desde agosto de 2005.

Gráfico 2 – Balança comercial (US\$ bilhões)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

A melhora da balança comercial decorreu de um aumento gradual e consistente das exportações após 1999 (Gráfico 3). Há diversos fatores que afetam o desempenho do comércio externo, como o nível de atividade doméstica, a demanda externa, os termos de troca (preços de exportação e importação) e as tarifas e barreiras ao comércio. A evolução das exportações, principalmente depois de 2002, e das importações, a partir de 2005, vem consolidando um quadro de inserção crescente do Brasil no comércio mundial, com recordes sucessivos na corrente de comércio, que é a soma dos montantes exportados e importados, que mostra o grau de inserção no comércio internacional.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior



5. O que é a taxa de câmbio real efetiva?

A taxa de câmbio real efetiva, elaborada pelo Banco Central, é uma medida da competitividade das exportações, dada pela cotação do real em relação às moedas de nossos 15 principais mercados, ponderada pela participação desses países no total das exportações brasileiras. Utiliza-se um índice doméstico de inflação como deflator interno e o respectivo índice de preços ao consumidor de cada país como deflator externo. É, portanto, um indicador mais amplo da competitividade das exportações do que taxas de câmbio bilaterais (por exemplo, a taxa de câmbio real/dólar ou a taxa de câmbio real/euro).

Como se observa no Gráfico 4, a taxa de câmbio real efetiva, deflacionada pelo IPCA, valorizou-se no período entre julho de 1994 e o final de 1998. Com a flutuação cambial adotada em janeiro de 1999, a taxa de câmbio real sofreu significativa desvalorização até o segundo semestre de 2002, corrigida nos três anos seguintes. O gráfico mostra que a taxa de câmbio real em junho de 2006 encontra-se bem próxima à média do período iniciado em janeiro de 1994.

Gráfico 4 – Taxa de câmbio real efetiva (média jan/94-jun/2006 = 100)



Fonte: Banco Central do Brasil



6. O que são os Usos e Fontes de Recursos do Balanço de Pagamentos?

Os Usos e Fontes de Recursos do BP constituem uma forma alternativa de apresentar as contas externas, incluindo todos os itens do Balanço reorganizados, de forma a ilustrar como os recursos são supridos (Fontes) para atender às demandas de transações correntes e amortizações de empréstimos externos (Usos). A Tabela 1 traz os Usos e Fontes de 2003 a 2005, destacando-se como as necessidades de recursos externos vêm diminuindo.

Tabela 1 – Usos e Fontes – 2003 a 2005 (US\$ bilhões)

	2003	2004	2005		2003	2004	2005
Usos	-23,0	-21,5	-18,6	Fontes	23,0	21,5	18,6
Conta Corrente	4,2	11,8	14,2	Conta Capital	0,5	0,4	0,7
Balança Comercial	24,8	33,7	44,7	Invest. Estrangeiros Diretos	10,1	18,1	15,1
Exportações	73,1	96,5	118,3	Investimentos em Portfólio	3,1	2,1	6,9
Importações	-48,3	-62,8	-73,6	Desemb. de Médio/Longo Prazos	22,9	20,4	28,5
Serviços e Rendas	-23,5	-25,2	-34,1	Bônus, Notes e Comm Papers	11,8	11,0	19,8
Juros	-13,0	-13,4	-13,5	Crédito de Fornecedores	1,0	1,0	0,7
Lucros e Dividendos	-5,6	-7,3	-12,7	Empréstimos Diretos	10,1	8,4	8,0
Viagens Internacionais	0,2	0,4	-0,9	Ativos Brasileiros no Exterior	-8,9	-12,2	-8,8
Demais	-5,0	-4,8	-7,1	Empréstimos ao Banco Central	4,8	-4,4	-23,3
Transferências Unilaterais	2,9	3,3	3,6	Curto Prazo e Outros	-1,1	-0,7	3,9
Amortiz. de Médio/Longo Prazos	-27,2	-33,3	-32,8	Ativos de Reservas	-8,5	-2,2	-4,3

Fonte: Banco Central do Brasil

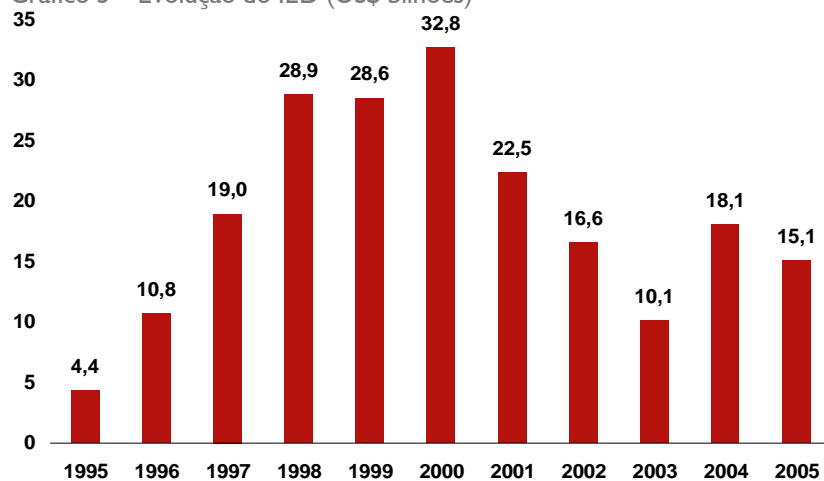


7. Qual a evolução recente dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos (IED)?

A evolução anual do IED está apresentada no Gráfico 5, destacando-se a queda pronunciada entre 2000 e 2003, após o pico histórico alcançado em 2000 (US\$32,8 bilhões). Essa diminuição foi causada por diversos fatores, entre os quais a própria queda dos investimentos e da demanda nas economias desenvolvidas em 2001, o esgotamento das oportunidades de investimento proporcionadas pelas privatizações e, em 2002/03, as incertezas associadas à transição governamental, particularmente nos setores que envolvem redefinição do ambiente regulatório.

Destaque-se que a retração do IED não se restringiu ao Brasil, atingindo com maior ou menor intensidade as demais economias emergentes (com exceção da China). Em 2004, o IED somou US\$18,1 bilhões, recuperando-se em relação a 2003. O montante previsto para 2006 é de US\$18 bilhões, conforme Nota para a Imprensa de setembro de 2006.

Gráfico 5 – Evolução do IED (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil

8. Qual o tamanho da dívida externa? Qual sua evolução recente?

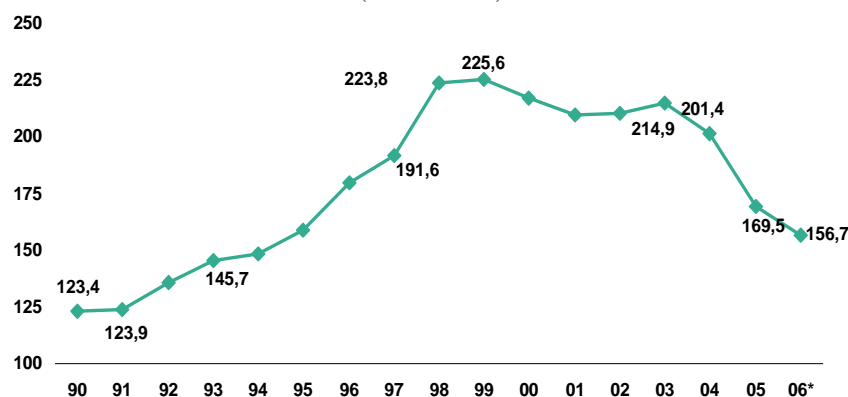
Em junho de 2006, a dívida externa brasileira somava US\$156,7 bilhões (Tabela 2). Sua evolução está representada no Gráfico 6, onde fica claro que, após uma fase de crescimento acelerado entre 1990 e 1998, o endividamento externo passou a apresentar tendência de queda a partir de 2000, caindo expressivamente a partir de 2005. A dívida externa de médio e longo prazos, com prazo original superior a 360 dias, totalizava US\$140,3 bilhões na posição de junho (89,5% do total), enquanto a dívida externa de curto prazo situava-se em US\$16,4 bilhões.

Tabela 2 – Dívida externa total (US\$ milhões)

Discriminação	1998 dez	1999 dez	2000 dez	2001 dez	2002 dez	2003 dez	2004 dez	2005 dez	2006 jun
Médio e longo prazos	197 494	199 001	189 500	182 276	187 316	194 736	182 630	150 674	140 251
Curto prazo	26 298	26 609	27 420	27 658	23 395	20 194	18 744	18 776	16 410
Dívida Externa Total	223 792	225 610	216 921	209 934	210 711	214 930	201 374	169 450	156 661

Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 6 – Dívida externa total (US\$ bilhões)



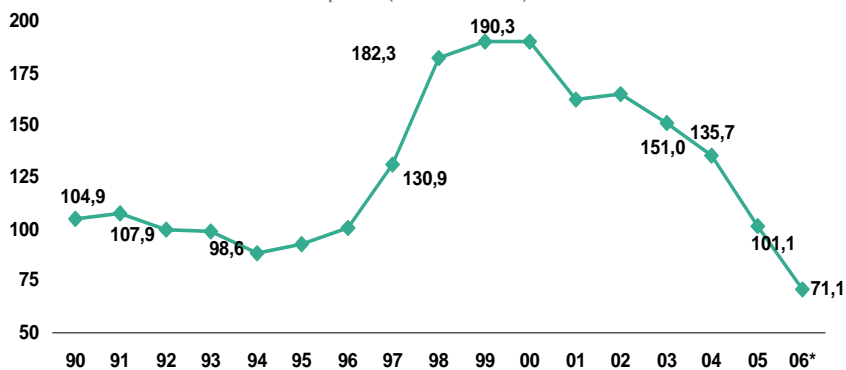
Fonte: Banco Central do Brasil
2006* posição de junho



9. O que é e como tem evoluído a dívida externa líquida?

A dívida externa líquida é a dívida externa total deduzida das reservas internacionais, haveres de bancos comerciais e créditos brasileiros no exterior. Nos últimos anos, conforme pode ser visto no Gráfico 7, houve uma redução significativa em seu montante, refletindo estratégia que contempla a administração do passivo público externo, a recomposição das reservas internacionais e o comportamento do endividamento externo privado. Dentre as medidas de redução e melhora do perfil do endividamento externo público, implementadas pelo governo a partir de 2005, podemos citar o pré-pagamento das dívidas junto ao FMI e ao Clube de Paris, a liquidação do passivo remanescente em Bradies e a recompra de títulos com prazo de vencimento mais curto.

Gráfico 7 – Dívida externa líquida (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil



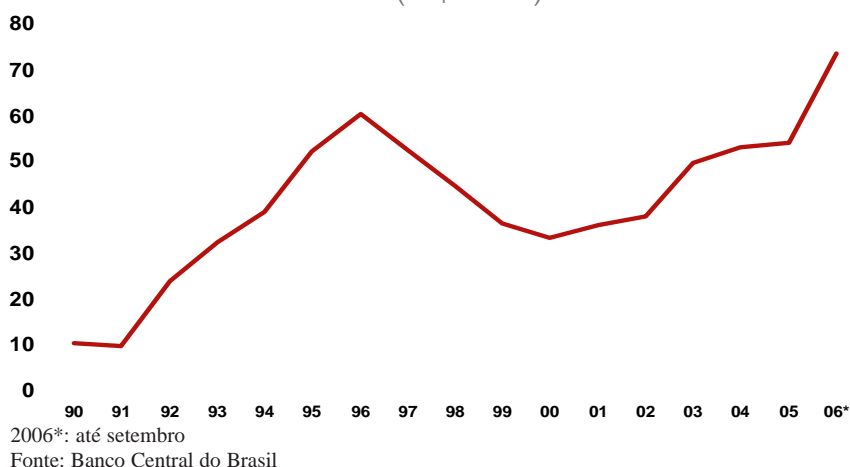
10. Qual a evolução das reservas internacionais?

O Gráfico 8 traz a evolução desde 1990 da posição de reservas internacionais, sob o conceito de liquidez internacional, que atingiu o montante de US\$73,3 bilhões ao final de setembro de 2006. Em decorrência da melhora no Balanço de Pagamentos brasileiro, que passou a apresentar superávits, o Banco Central passou a atuar com o objetivo

de recompor as reservas internacionais. Conforme anunciado em janeiro de 2004, o Banco Central passou a comprar moeda estrangeira no mercado com o objetivo de promover o acúmulo gradual de reservas internacionais, uma vez satisfeitas as necessidades do Tesouro Nacional em seus pagamentos de principal e juros de compromissos internacionais da União. A atuação do Banco Central procura tirar proveito das condições favoráveis do mercado de câmbio, sem afetar sua tendência de apreciação/depreciação e sem adicionar volatilidade ao mercado.

A manutenção de nível adequado de reservas melhora a percepção dos agentes econômicos sobre a solvência das contas externas, com implicações positivas sobre o risco país e sobre o custo de captação dos entes públicos e privados.

Gráfico 8 – Reservas internacionais (US\$ bilhões) - dez 90-set 06

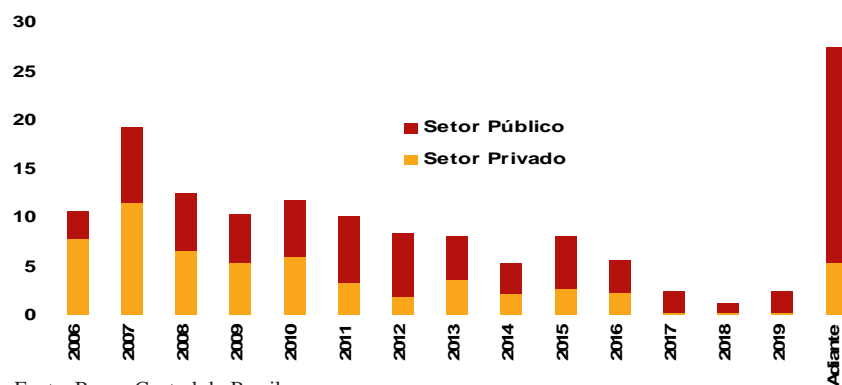


Quais os pagamentos de juros e de amortizações programados para a dívida externa?

Do total da dívida externa registrada em junho de 2006, o Banco Central estimava que 7,4% venceriam até dezembro de 2006 e 29,6%

venceriam até 2008, como mostra o Gráfico 9. De acordo com o perfil do endividamento, o calendário de amortização do principal da dívida externa do setor público não-financeiro (que é concentrada em bônus) é mais longo do que aquele referente ao setor privado.

Gráfico 9 – Dívida externa registrada - Cronograma de amortização do principal (US\$ bilhões)



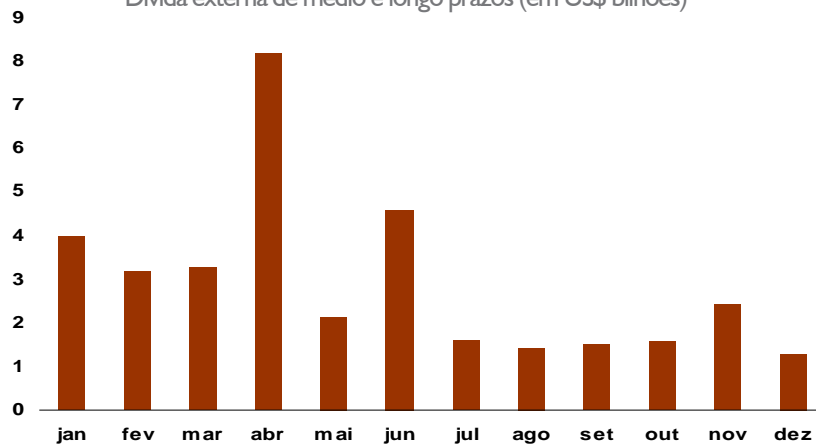
Fonte: Banco Central do Brasil

12. Qual o cronograma esperado de pagamentos de principal e de juros até o final de 2006?

Os vencimentos de principal programados para 2006 estiveram concentrados no primeiro quadrimestre (Gráfico 10), que agrega cerca de 53% das amortizações programadas para o ano. Os pagamentos de juros estão bem distribuídos em 2006, como destacado no Gráfico 11. Ressalte-se que os Gráficos 10 e 11 consideram as estimativas do Banco Central baseadas na posição da dívida em junho de 2006.

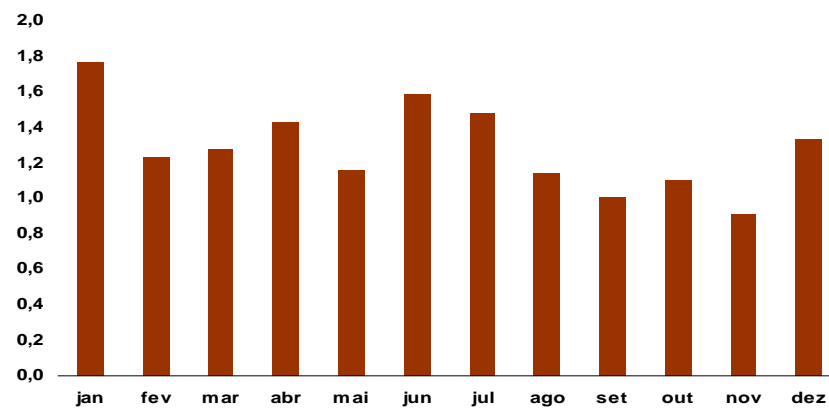
Tratando-se especificamente do setor público não-financeiro, do total de amortizações previstas para 2006 (US\$21,1 bilhões), US\$2,9 bilhões vencem no segundo semestre, enquanto, dos US\$7,1 bilhões de juros a serem pagos, cerca de 43% está programada para apresenta os montantes estimados para 2006 e 2007. A Tabela 3 consolida os números para 2005 e apresenta os montantes estimados para 2006 e 2007.

Gráfico 10 – Cronograma de amortização – 2006
Dívida externa de médio e longo prazos (em US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico 11 – Cronograma de pagamento de juros – 2006 (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil

Tabela 3 – Amortizações de principal e pagamentos de juros em 2005-2007 (US\$ milhões)

Discriminação	2005	2006 ^{1/}	2007 ^{1/}
Pagamentos de juros	15 713	15 412	13 546
Setor Público Não Financeiro	8 415	7 112	6 180
Governo Central	6 704	5 585	4 626
Setor Privado ^{3/}	7 298	8 301	7 366
Amortizações do Principal	32 953	35 110	21 992
Setor Público Não Financeiro ^{2/}	14 276	21 699	6 581
Governo Central	6 290	18 511	3 773
Setor Privado ^{3/}	18 677	13 411	15 411
Total	48 666	50 522	35 538
Setor Público Não Financeiro	22 691	28 811	12 761
Governo Central	12 994	24 096	8 399
Setor Privado ^{3/}	25 975	21 712	22 777

1/ Previsões baseadas na posição da dívida em junho de 2006;

2/ inclui troca de dívida;

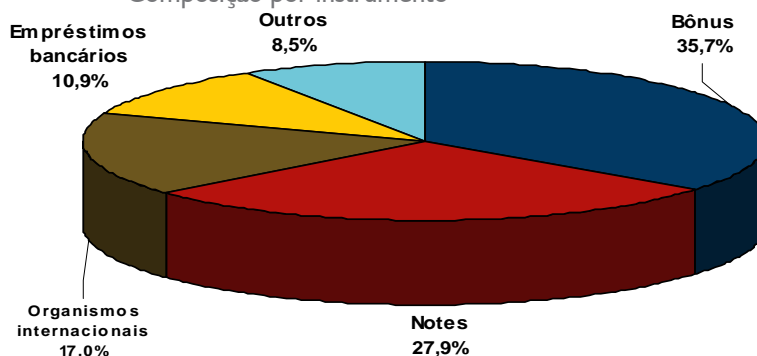
3/ inclui setor público financeiro.

Fonte: Banco Central do Brasil

13. Qual a composição da dívida externa por instrumento?

Na posição de junho de 2006, bônus da dívida e *notes* representavam a maior parte da dívida externa brasileira. A distribuição mostrada no Gráfico 12 mostra que cerca de 36% da dívida é constituída por meio de bônus e 28% por meio de *notes*. A primeira dessas categorias é majoritariamente de responsabilidade do setor público não-financeiro, enquanto a segunda é típica do setor privado.

Gráfico 12 – Dívida externa registrada (Junho de 2006 – %)
Composição por instrumento

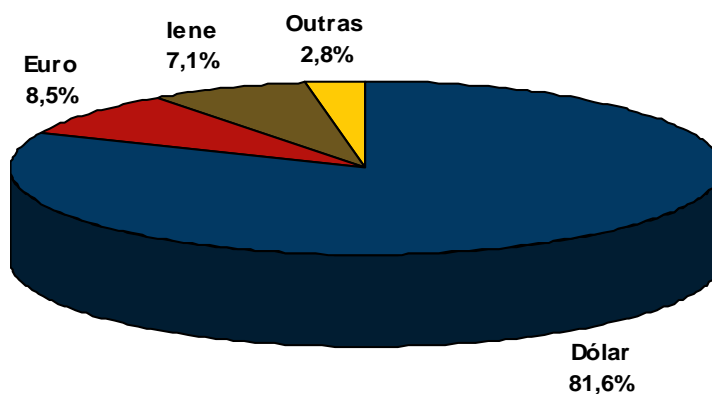


Fonte: Banco Central do Brasil

14. Qual a composição da dívida externa por moeda?

A maior parte da dívida externa está expressa em dólares norte-americanos (81,6%), enquanto o euro responde por cerca de 8,5% daquele total, pouco mais que o iene japonês (Gráfico 13). Há ainda pequenas denominações da dívida em libra esterlina, franco suíço e dólar canadense, que não alcançam 1% do total.

Gráfico 13 – Dívida externa registrada – Composição por moeda (Junho de 2006)



Fonte: Banco Central do Brasil

15. Como vêm se comportando os indicadores de sustentabilidade externa do Brasil?

A partir de 2003, o governo brasileiro implementou estratégia de redução da exposição do setor público a riscos cambiais, com expressiva redução de seu passivo cambial e acumulação de reservas internacionais. No segmento relacionado ao passivo cambial doméstico¹, a estratégia de não-renovação integral dos títulos e swaps indexados a câmbio, introduzida pelo Banco Central no primeiro semestre de 2003, produziu uma queda de US\$72,1 bilhões na exposição do setor público até agosto de 2006. Assim, a dívida líquida interna indexada ao câmbio, acrescida da exposição em swap cambial, evoluiu de US\$65,3 bilhões (posição em dezembro de 2002) para US\$6,8 bilhões negativos (posição em agosto de 2006).

Como resultado da redução da exposição do setor público a riscos cambiais e dos excelentes resultados do Balanço de Pagamentos, o Brasil está menos vulnerável a crises externas. A Tabela 4 traz a evolução, a partir de 1999, de três indicadores relevantes de sustentabilidade externa, destacando seus avanços nos últimos anos, decorrentes da redução progressiva da dívida externa, do crescimento sustentado das exportações e das reservas internacionais. Todos os indicadores apresentaram melhorias substancialmente em relação aos níveis apurados em 2002. As relações dívida externa total/PIB e dívida externa líquida/PIB permaneceram em trajetória declinante, alcançando os melhores resultados registrados na série histórica, desde 1970.

Tabela 4 – Indicadores de sustentabilidade externa (1999-ago/2006)

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Juros/Exportações	35,6	29,0	28,0	23,6	19,4	14,8	12,2	11,2
Dívida Total Líquida/Exportações	3,6	3,1	2,8	2,7	2,1	1,4	0,9	0,5
Dívida Total Líquida/PIB	32,5	28,4	31,9	35,9	29,8	22,5	12,7	8,2

Fonte: Banco Central do Brasil *2006: agosto

1 inclui a parcela da dívida líquida interna indexada a câmbio (NBC-E, NTN-D, e NTN-A) mais o volume de exposição líquida do Banco Central em *swap* cambial (posição passiva em dólar - posição ativa em dólar).

Cabe destacar que no recente episódio de turbulência da economia mundial, em maio de 2006, os investidores diferenciaram o Brasil em relação aos demais países emergentes tomando como indicador sua vulnerabilidade externa. Incertezas em relação à duração e à intensidade do ciclo de ajuste monetário nos EUA, reforçadas pelo aumento das tensões geopolíticas, desencadearam um movimento de realocação global nas carteiras de investimento, com diminuição na exposição total a países emergentes. No decorrer desse processo, verificaram-se oscilações mais acentuadas nos preços dos ativos. Essa instabilidade refletiu-se no preço, em relação ao dólar norte-americano, de diversas moedas e nos prêmios de risco dos países emergentes. Ao contrário do que ocorreu em 2002, quando a depreciação cambial ocorrida causou imediato e expressivo crescimento da razão Dívida/PIB, sendo um dos canais pelos quais se disseminou a crise de confiança naquela ocasião, em maio de 2006, auge da volatilidade externa recente, essa relação caiu. Esse comportamento atesta a maior capacidade da economia brasileira de resistir a choques externos e reflete, sobretudo, a constatação de que a economia doméstica manteve sua trajetória de crescimento em meio ao longo processo de ajuste das taxas de juros nos Estados Unidos.

16. Onde posso obter maiores informações e dados atualizados?

O Banco Central publica mensalmente a "Nota para a Imprensa – Setor Externo", com quadros contendo o detalhamento das contas do Balanço de Pagamentos, as reservas internacionais e a dívida externa brasileira, incluindo o cronograma atualizado de amortizações e pagamento de juros. Acesse a "Nota para a Imprensa – Setor Externo" no endereço <http://www.bcb.gov.br/?ECOIMPEXT>.

Para encontrar as séries de dados e atualizar os gráficos aqui expostos, pode-se recorrer às séries temporais disponíveis na página do Banco Central na internet, em <http://www.bcb.gov.br/?SERIETEMP>, seleção por assunto ==> Setor externo. As séries temporais dispõem

ainda de uma base de dados específica para o Balanço de Pagamentos e para o Investimento Estrangeiro Direto em seleção por assunto ==> Séries especiais, ou em <http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>.

Planilhas em Excel com os principais indicadores econômicos estão em <http://www.bcb.gov.br/?INDECO>. Os indicadores de Balanço de Pagamentos encontram-se no Capítulo V.

Série “Perguntas Mais Frequentes”
Banco Central do Brasil

1. Juros e *Spread* Bancário
2. Índices de Preços
3. Copom
4. Indicadores Fiscais
5. Preços Administrados
6. Gestão da Dívida Mobiliária e Operações de Mercado Aberto
7. Sistema de Pagamentos Brasileiro
8. Contas Externas
9. Risco-País

Diretor de Política Econômica

Afonso Sant'Anna Bevilaqua

Coordenação

Renato Jansson Rosek

Equipe

André Barbosa Coutinho Marques

Carolina Freitas Pereira

César Viana Antunes de Oliveira

Luciana Valle Rosa Roppa

Maria Cláudia Gutierrez

Maurício Gaiarsa Simões

Criação e editoração:

Secretaria de Relações Institucionais

Brasília-DF

Este fascículo faz parte do Programa de Educação Financeira do
Banco Central do Brasil